

O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil

SELMA PANTOJA

Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília

A BIBLIOGRAFIA SOBRE O ASSUNTO

Das relações Brasil e África, na verdade, abordarei apenas aquelas com Angola até a independência do Brasil. Muitos aspectos ficaram de fora, seja por falta de espaço ou mesmo por fugir do objetivo do texto. Por exemplo, não entrei no tema específico do tráfico de escravos, que merece um artigo à parte.

Do tema a ser desenvolvido, tenho a destacar alguns perigos em que a bibliografia tem incorrido, são eles: prender-se muito ao aspecto da administração portuguesa, quase nada informando sobre as gentes que por esse Atlântico transitavam e adotar a perspectiva do próprio sistema português.

O que foi produzido até agora sobre as relações Brasil e Angola continua a ser precário, contendo pouca produção historiográfica sobre o tema. Foi comum, durante algumas décadas, uma bibliografia colonialista profundamente laudatória, mas bem informativa no que diz respeito às minúcias, porém, muito pobre no seu conteúdo analítico, profundamente equivocada na sua perspectiva teórica. O maior e melhor exemplo desses tipos de textos continua a ser a obra de Manuel dos Anjos Rabelo, com seu livro "Relações entre Angola e Brasil, 1808-1830". Uma dissertação feita em 1970, publicada pela Agência Geral Ultramarina, com orientação de Silva Rego. Um trabalho muito bem abastecido em termos de documentação.

Da parte brasileira, a bibliografia padece de outros males. Até a década de 80 foram comuns as publicações com temáticas diversas, com ponto de vista muito ao gosto colonialista. A partir daí, uma série de trabalhos acadê-

micos (dissertações) foi produzida com temáticas sugestivas dessas relações, mas muito pobre quanto às informações do lado africano e um grande peso para as questões do lado brasileiro. Nenhuma delas tem especial destaque, mas todas se caracterizam por uma ausência de pesquisa nos arquivos portugueses e angolanos.

De período mais recente é a produção bibliográfica norte-americana. O melhor exemplo, é uma tese de doutorado produzida no ano de 1977, por Ann W. Pardo, que apesar da perspectiva ser diferente da obra de Rabelo, ainda não acrescenta dados novos ou proposta inovadora sobre a temática.

O que apresento a seguir é apenas um artigo com sugestões para futuras pesquisas, porque o assunto merece um trabalho muito mais acurado e com maior fôlego do que um artigo ou um ensaio que possa dar conta das tantas migrações: gentes, plantas, doenças e idéias. Um intercâmbio que foi de mão dupla, bom assinalar.

I - ANGOLA E BRASIL NO CONTEXTO ATLÂNTICO

Situados em margens opostas do Atlântico Sul, Angola e Brasil estão na mesma latitude e ambos possuem extensas faixas costeiras. Os rios tiveram papéis importantes na abertura dos caminhos que ligavam o interior ao litoral e já eram verdadeiras 'estradas' nos períodos que precederam a chegada dos europeus nestas regiões. Foi pelos rios que os colonizadores tiveram acesso ao interior e de onde fizeram as primeiras descrições, para Europa Moderna, das populações africanas e ameríndias. Abundantes platôs fazem parte da paisagem do interior, além de possuírem bons climas para agricultura. Do lado angolano, a produção do óleo de palma (dendê) para o cozimento de alimentos como inhame (tubérculo), sorgo, milhete (cereais) e carnes, diferenciava-se do lado americano com os tipos de milho e batata. Ao longo dos séculos que precederam a abertura do Atlântico, com a migração das plantas e a interação das culturas atlânticas, surgiram novas dietas alimentares nos dois lados do Oceano. Já no século XIX, o algodão e o café crescem no nordeste; milho, amendoim e sisal, em Benguela e no planalto de Bié; no planalto de Huila, a criação de gado tem um lugar apropriado e o açúcar é produzido ao longo da costa. Toda essa produção, pode-se dizer, tem o mesmo vigor do lado brasileiro.

Apesar dos diferentes interesses que motivaram a colonização em ambos os lados, o foco esteve na orla costeira. O Atlântico era o eixo de ligação, principal meio de comunicação, por onde chegaram os portugueses e por onde saíram africanos e índios.

A exploração das terras do interior, de ambos lados, seguiu diferentes modos. Em Angola, a entrada no seu interior foi de forma lenta e insuficiente, às custas de guerras e concretizando-se somente no final do século XIX e virada do século XX. No Brasil, após o estabelecimento na costa, a entrada para o interior foi de forma lenta, se comparada com a experiência espanhola no México e no Peru. Pode-se deduzir de ambos os casos que a busca por minas de metais preciosos foi o fator de maior motivação, que levou a exploração para o interior de maneira mais rápida no Brasil. Nestes casos a comparação é feita com a experiência dos espanhóis. Comparando Brasil e Angola pode-se citar o fator demográfico africano como relevante que, em parte, explica a entrada no interior ter sido bem posterior em Angola.

As similitudes geográficas entre Brasil e Angola permitiram mudanças e adaptações da população, em nível do cotidiano, com a introdução de frutos africanos e vegetais no Brasil. Em direção à África foram a mandioca e o milho, que hoje fazem parte da dieta da população assim como a batata-doce, o abacaxi, a goiaba e o amendoim. Da África vieram as abóboras, a pimenta malagueta e as variedades de palmeiras.

Outro dado comum foram as doenças, como a malária que atravessou o oceano em várias direções. No Rio de Janeiro do século XVIII, a malária era conhecida como o 'mal de Luanda'. A taxa de mortalidade dos portugueses estabelecidos na África e América do Sul foi mais alta em Angola do que no Brasil. Alguns autores, ao tentarem responder a esta questão, enfatizam os fatores climáticos como explicação aos diferentes comportamentos de portugueses no Brasil e em Angola. Por conta disso, muito destrato se fez ao clima africano. As diferentes características culturais e a densidade populacional são fatores que devem ser considerados, mas outras variantes com certeza tiveram papéis importantes.

O estabelecimento dos portugueses, em alguns pontos do litoral da África Central Ocidental, onde hoje se situa a moderna Angola, foi encetado por sua anterior experiência no Kongo. Os portugueses chegaram na região do Kongo, no estuário do rio Zaire ou Kongo, em 1482. Enquanto na América do Sul, o Brasil foi uma única experiência lusa. Uma história muito pecu-

liar apresenta o reino do Kongo, que desenvolveu um especial sistema social, político e cultural. Em 1482, o reino do Kongo era a unidade política hegemônica sobre os demais povos da faixa costeira. Além disso, o Kongo teve uma trajetória singular, se comparado aos demais reinos de todo o continente africano. A partir do século XVI teve grande aproximação com a Igreja Católica, estabeleceu laços e relações com vários governantes europeus e a sua conversão ao cristianismo é até hoje um fato que impressiona os historiadores. A partir do estuário do rio do mesmo nome, kongo, os portugueses iniciaram o comércio de marfim, peles, cobre e escravos com a região da África Central Ocidental.

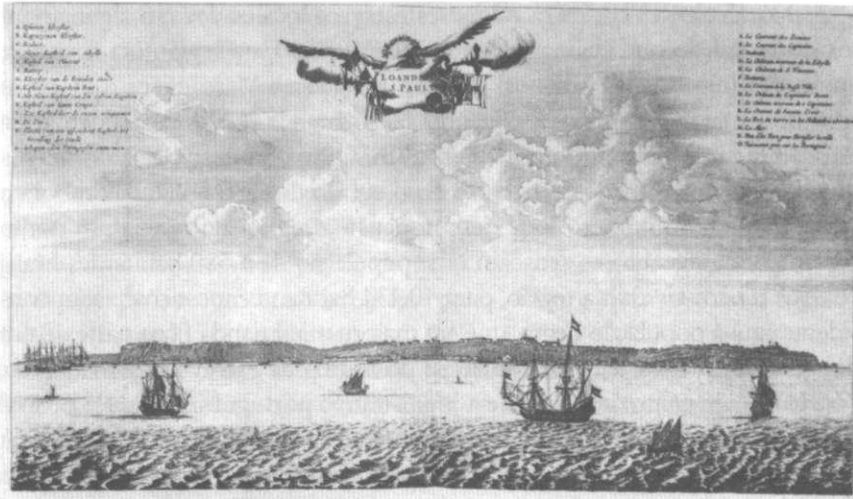
A situação é muito diferenciada, no século XVII, quando nesse litoral africano o contexto angolano foi de fluxo de povos, tensos contatos e abertos confrontos em direção mais ao sul do litoral. As guerras contra os *mbundos*, na figura da rainha *Nzinga Mbandi* com suas diferentes estratégias de luta, foi central na história dessa região ao longo do rio Kuanza. A história da linhagem *Mbandi* e do pequeno reino do *Ndongo*, localizados há pouco mais de cem quilômetros do litoral, situava o povo *mbundo* e seus pequenos reinos no coração das rotas da escravidão atlântica. Com seus mais diversos episódios, a história das relações dos *mbundos* com os europeus marcaram o século XVII. Do sertão angolano onde estavam as feiras, derramavam-se as rotas de escravos em direção ao litoral.



No século XVIII, os portugueses estavam localizados em alguns pontos do litoral do que chamavam reino de Angola. Esta região era formada, então, por três espaços urbanos: Luanda, Benguela e Massangano, que constituíam a maior concentração de população branca no litoral ocidental da África.¹ Luanda e Benguela possuíam os mais importantes portos de embarque de escravos, situados no centro e no sul do litoral angolano. Embora a estimativa para o número total de europeus na região ainda seja um ponto polêmico, alguns autores arriscam uma população de 1.580 habitantes brancos que teriam vivido na região, para 40.434 habitantes mestiços², sem considerar aqui a população negra, que era majoritária. Luanda fazia parte de um dos maiores pontos da rede comercial do tráfico de escravos transatlântico, possuindo um centro comercial e administrativo português. Benguela ocupava o segundo lugar como pólo desse comércio, ao longo do século XVIII. A região do interior, o chamado sertão angolano, era um mundo longe do controle dos europeus, e por isso mesmo, objeto de preocupação das autoridades portuguesas.

Era tamanho o temor pelos brancos que vagavam pelo interior, entre degredados, aventureiros e desertores, que o governador Sousa Coutinho chegou a comentar: "... aqui não receberão os conquistados os costumes dos conquistadores, antes muito pelo contrario, estes se apropriarão... (d) o gentilismo, e (d) a superstição."³ Mesmo as povoações no final do século ficaram abandonadas, por conta dos capitães-mores.

Na verdade, ao longo do século XVIII, Luanda, Benguela e Massangano são espaços de grande mestiçagem com uma população euro-africana (ou afro-européia),⁴ ocupando os vários serviços, como os de pumbeiros,⁵ comerciantes locais e militares de baixa patente. Às vezes, esses militares conseguiam chegar ao nível de capitão quando serviam nas fortalezas localizadas nos sertões africanos. Além disso, existiam os inúmeros funcionários mestiços alocados nos postos mais afastados e clérigos africanos que serviam no interior e estavam sob o controle do Arcebispado do Kongo e Angola. Em geral os militares, funcionários e clérigos participavam ativamente do comércio negreiro.



(Gravura I e II: vista de Luanda no século XVII)

A partir do século XVIII, Benguela ganha foro de cidade, possuía uma Câmara. Somente em meados do século surgiram as construções de alvenaria de pedra, antes predominavam as de adobe. Nessa época foi construída a igreja matriz de Nossa Senhora do Pópulo e, mais tarde, criada a irmandade da mesma santa do presídio, com funções de tratar os soldados enfermos (Delgado, 1945, p. 284). Nos moldes do Rio de Janeiro, foi criado em Benguela um corpo de soldados negros, chamado regimento dos Henriques. Os comerciantes afro-europeus articulavam-se com os militares de nível médio, com os eclesiásticos e com os funcionários de instituições administrativas com intenções de cercearem iniciativas dos de fora. Nesta época, a rivalidade acontecia no confronto com os poderes do Senado Câmara de Luanda. No século XVIII, Benguela entrou no impulso de novas riquezas através do tráfico direto com o Rio de Janeiro. Localizavam-se na fortaleza de Benguela as tropas militares que tinham funções de combater as populações locais rebeladas, como era o caso dos *ovimbundu*, ou de rechaçar as periódicas visitas dos comerciantes franceses que tentavam furar o monopólio luso dos portos da região (Pantoja, 1994, p. 45).



coleção mapas - Luanda

BENGUELLA — Vista parcial da cidade

95

(GRAVURA III: vista de Benguela, no século XVIII)

Mais para o final do século XVIII, a Coroa portuguesa passou a enviar governantes mais preocupados com a 'reorganização' da região. A partir de então, um caráter reformista domina a administração portuguesa. A fronteira da escravidão avança pelo interior e os pequenos reinos *mbundo*, como Kasanje e Matamba, serviram de vínculos com o litoral atlântico e retornavam a política das feiras.

As administrações de Antônio de Vasconcelos e de Sousa Coutinho são exemplos maiores desses momentos de estreitamentos dos laços com políticas de maior intercâmbio e de tentativas de 'reformas', exatamente porque no século XVIII o tráfico de escravos alcança o seu maior pico. Por sua vez, as duas tentativas visavam desvincular Angola como sinônimo de tráfico de escravos. Momentos também de críticas ao tipo de colonização feita à base de povoamento com condenados ao degredo, que acabou transformando Angola em uma colônia penal. A iniciativa do tipo, em 1754, de levar condenados pedreiros e carpinteiros, foi criticada e interrompida nesta época. Outros tentaram reformas no estilo do governo Sousa Coutinho, mas tiveram a resistência dos negociantes locais. Tentaram redirecionar a economia introduzindo novas culturas, como do algodão, promovendo pequenas indústrias, pescas e construção de navios. Internamente tentou-se, no interior, reparar as construções e estabelecer regulares serviços para as províncias, desenvolvendo o transporte pelos rios.

No Brasil, a população índia foi hostil aos portugueses, mas o confronto militar foi de menor proporção devido à própria situação mais dispersa dos povos no território americano. Considere-se, também, o fato de que a população índia recebeu, desde cedo, o suporte dos jesuítas. As culturas tupinambás, tupiniquins e guaranis podem ser classificadas como de base agrícola e seminômades, em pequenas aldeias. Os índios não possuíam qualquer ampla unidade política e sua sociedade era móvel de acordo com a demanda da sua agricultura.

No século XVIII a migração de portugueses para o Brasil era tão grande que, por volta de 1720, limitou-se oficialmente o êxodo de portugueses e o passaporte passou a ser exigido. A sociedade colonial no Brasil foi dominada pela economia de plantações de iniciativa privada e estruturada socialmente por uma aristocracia de estáveis grupos familiares.

Os plantadores de cana de açúcar formavam uma aristocracia rural,

mas também dominavam as instituições urbanas, como o conselho municipal e as irmandades religiosas. A sociedade colonial brasileira, além desses grandes plantadores, constituía-se de numerosos pequenos fazendeiros, trabalhadores livres, quase todos de origem afro-portugueses, e um grupo estável de mercadores residentes nas cidades que importavam a mão-de-obra africana. Apesar de uma das formas de ascensão social ser a posse de títulos militares, como forma de poder e prestígio, a aristocracia dos plantadores não era de homens militares. Os proprietários no Brasil dedicavam-se a outras formas de guerras e poder militar.

Muitos dos que vinham para Angola e Brasil eram degredados, soldados e oficiais. Segundo os governadores, eram gentes sem qualificação e sem valor moral. Os portugueses que vinham como soldados para Brasil, muitas das vezes eram degredados tidos como perigosos ou afro-portugueses, considerados súditos de segunda categoria. Hoje, graças às pesquisas, a historiografia já tem outras idéias sobre os degredados. A partir das pesquisas, hoje se sabe que muitos eram degredados por atos que não consideramos mais crimes, como os pequenos roubos, transgressões religiosas e valores morais da época (Pantoja, 200).

O COMEÇO DOS LAÇOS BRASIL-ANGOLA

A 'dependência' de Angola em relação ao Brasil, pode-se dizer, começou com o decisivo papel jogado pelo Brasil na restauração do poder português em Luanda após a saída dos holandeses. Entre 1641-1648, o litoral angolano esteve sob os "cuidados" dos holandeses que expulsaram os portugueses para o interior, Massangano, e dominaram Luanda. Saiu direto do Rio de Janeiro o socorro aos portugueses. A cidade do Rio de Janeiro tinha levantado um fundo para a expedição de 1648, o que permitiu restaurar o poder português em Luanda. Sob o comando do proprietário Salvador Correia de Sá e Benevides as tropas, constituídas de portugueses, "brasileiros" e índios, lutaram contra a rainha Nzinga, degolaram o rei do Kongo e o seu comandante retornou como herói ao Rio de Janeiro, liberando o fluxo de escravos para a colônia Brasil. Os cinco governadores posteriores a Salvador Correia de Sá e Benevides vieram todos do Brasil e dois deles, o gover-

nador Vieira⁶ e Vidal de Negreiros, tinham servido no Brasil⁷. Entre 1648 a 1825, metade dos governadores mandados para Angola serviram também no Brasil. Isso significa dizer que, em geral, esses governadores tinham interesses e negócios no Brasil. Sabemos que em Angola era difícil diferenciar o administrador ou militar, do comerciante de escravos. Poucos dos que foram de Portugal colocavam ênfase no serviço para coroa, na verdade preferiam dedicar-se ao tráfico de escravos. Aqueles governadores que possuíam conhecimento e interesse no Brasil eram de vital importância no governo de Angola. No geral, o cargo em Angola era visto como uma passagem para melhorar de posto, considerado um posto miserável, no qual uma curta estadia, não mais do que três anos, servia como degrau para chegar aos postos mais altos. O Brasil, ao contrário, mais tarde veio a ser visto como desejável e prestigioso posto. Local onde muitos pretendiam estender suas estadias. A longo termo, o Brasil foi o local onde uma alta percentagem de membros da nobreza portuguesa serviu como governadores com alta qualidade de líderes e isto já foi um outro fator, que contribuiu para sua grande estabilidade.

Os serviços de magistério, entre Brasil e África, eram ligados a um corpo de juizes atlânticos. Os que serviam como magistrados no oriente raramente serviam no Brasil ou em Angola; a hierarquia parecia implicar em que juizes freqüentemente recebiam seus treinamentos em Angola como prelúdio a alto nível no Brasil, tais como a Relação, a Alta Corte, na Bahia.

POPULAÇÃO: DEGREDADOS, PORÉM BRANCOS

Como foi dito por testemunho na época: os brancos e afro-portugueses nascidos e estabelecidos em Angola, usavam roupas e falavam de forma portuguesa, mas viviam e comiam como a população africana. A população branca era rara nesse litoral. Na tentativa de aumentar o número dos brancos, várias iniciativas desde cedo foram feitas. Em carta real de 1654, o governador Salvador de Sá, do Rio de Janeiro, pede licença para enviar seis mulheres da casa Pia das Penitentes de Lisboa para casarem com pessoas em Angola (Brásio, X, p. 350). Na administração de Sousa Coutinho, o governador tentou enviar mulheres brancas para Angola, chegando a receber, além dos soldados, algumas mulheres dos Açores, Madeira e do Brasil (Dias, 1936, p. 54-55).

Na verdade, Angola e mesmo o Brasil não eram lugares para onde os fidalgos e administradores levavam suas famílias. Uma exceção: no século XVIII o governador Antônio de Lacerda, 1772, levou sua esposa para Angola e um dos seus filhos nasceu no Rio de Janeiro, quando ele ia assumir o cargo em Luanda. Uma atitude rara, já que os altos administradores nunca levavam a família para a África.

Outra tantas vezes, a documentação cita os criminosos enviados do Brasil para Angola para fazerem o serviço militar (A.N.III, 1901, p. 110). Dentro do objetivo de 'branquear' a população na África, do ponto de vista do governo português, não havia muitas alternativas do que usar os degredados como forma de "colonização". Toda a política da coroa portuguesa girava em torno dessa intenção quanto à questão do degredo. Em 1799, um documento da corte para o Vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro pede para enviar exilados para Angola visando aumentar a população branca (A N, III, 1901, p. 121).

Diferentes tipos de pessoas iam para Angola por conta do tráfico. Muitos degredados acumularam fortunas com o tráfico de escravos e, na verdade, acabavam trazendo seus bens para o Brasil ou Portugal. Idêntico comportamento era o dos demais traficantes de escravos. Mesmo quando morriam, nos seus testamentos nomeavam como herdeiros, da parte principal de sua fortuna, sua 'família branca', em geral, em Portugal. Apesar disso, sempre beneficiaram com um legado a sua 'família negra', em Angola, identificadas nos testamentos como escravas e seus filhos, ou como 'uma africana que serviu por longo tempo sua casa'. Muito provavelmente, essas heranças recebidas pelas mulheres negras deram origem a um inicial investimento em negócios locais, constituindo, mais tarde, as fortunas das poderosas Donas e Viúvas que irão dominar o cenário de Luanda durante os séculos XVIII e XIX, na área dos negócios de alimentos, vida urbana e mesmo do tráfico de escravos (Pantoja, 2000).

Famílias poderosas de Luanda, como os Matosos da Câmara, Amaral Gurgel e Andrade, todas com origens de ramos "brasileiros", além das famílias Resende Costa, Naval e Oliveira Neves, que depois de algum tempo se separaram, mas antes só casavam entre si. Esses troncos familiares tiveram ações importantes na época do contexto da Independência brasileira, uns a favor da emancipação brasileira e outros ficaram do lado português.

O conselho da Câmara de Luanda diz, em 1720, que todos os ciganos degredados de Portugal para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco terminaram em Angola. Como defende o historiador Boxer, e todos os relatórios da época confirmam, o fluxo de degredados para Angola aumenta no século XVIII. A população branca de Luanda era, então, em grande parte formada de degredados e os seus descendentes ocupavam os postos militares e civis. Nessa mesma época, a Coroa portuguesa enviou para Angola os ciganos que viviam em Portugal e no Brasil como degredados perpétuos. Nos setecentos chega, em grande quantidade, a população cigana, que eram muitas das vezes famílias inteiras. Era, também, uma prática comum enviarem os criminosos do Brasil para Angola para fazerem o serviço militar.

O trânsito lícito ou ilícito de degredados entre Angola e Brasil era trivial. Os condenados ao degredo por crimes comuns iam para Angola e mesmo após a independência continuavam a chegar. Os militares no Brasil, que incorriam em quaisquer indisciplinas, eram enviados para Angola para servir lá. Outros tipos de problemas foram as constantes fugas de criminosos do Brasil para Angola e vice-versa.

Muitas das vezes, a administração, diante da escassez de pessoal qualificado, tinha que se valer de degredados para ocupar os muitos cargos públicos. O caso mais notável foi o cargo de professor que não tinha quem o ocupasse. O governador de Angola aceitou o brasileiro Joaquim Manuel de Siqueira Brandão, condenado como inconfidente, enviado como degredado pelo governo de Pernambuco. Esse degredado foi aproveitado como professor de gramática, línguas francesa e inglesa, aritmética e geometria, além de filosofia (Of. gov. 1811, AHU, Angola, Cx. 60).

A política dos governadores era de um maior controle das licenças, uma das causas era o receio que Luanda se esvaziasse de população branca. Por trás dos pedidos de licença, se encontravam os motivos mais conjunturais como caso dos mais importantes comerciantes de Angola, que ao solicitarem licenças, na verdade queriam transportar seus bens e fortunas para o Brasil, devido à grande crise do tráfico em Angola ou à iminente derrocada da economia, baseada no tráfico de escravos.

As constantes referências ao despovoamento de Angola, significavam sempre o diminuto número da população branca. As providências tomadas em 1811 foram trazer alunos brancos, naturais de Angola, para estudar nas escolas de medicina no Rio de Janeiro, no combate as doenças que eram as

responsáveis pelo alto índice de mortalidade dos homens brancos.

Em todos os setores, a administração portuguesa dependia do Brasil para se manter em Angola. Vamos enumerar alguns, como comprovante da necessidade constante de presença portuguesa, que se apoiava, fundamentalmente, nos recursos vindos do Brasil:

SAÚDE E TRÁFICO NO ATLÂNTICO SUL

Como os medicamentos eram enviados do Brasil para Angola, havia escassez, e sempre que alguém (branco ou mestiço) precisava tratar de qualquer enfermidade vinha para o Brasil. As saídas eram regulamentadas através de licenças das autoridades locais e de Lisboa. Era comum o comerciante fazer petições para tratamento de saúde, mas, na verdade, vinha tratar de negócios ou mesmo não retornava mais. Os que eram designados como testamenteiros, por exemplo, estavam nesse vai-e-vem Atlântico.

No século XVIII, na sua campanha para aplicar a vacina antivariólica, o governador António de Saldanha da Gama pediu autorização ao governo de Lisboa para que o governador da Bahia remetesse para Angola um grande número de crianças indígenas vacinadas, para a propagação do antídoto⁸.

O Brasil era também fornecedor dos produtos farmacognósticos a Angola, eram raízes, ervas, cascas, flores, sementes, extratos, óleos, resinas, etc. Para serem enviadas, tinham que ser requisitadas pelos físicos ou cirurgiões-mores de Angola e pelo boticário do hospital respectivo (Lorres, 1825, 105). Esses produtos abasteciam, principalmente, a Botica da Santa Casa. As boticas particulares forneciam os mesmos produtos a preços exorbitantes (Doc. 10, 26, cx. 62, AHU, Angola).

Mas a lentidão para receber esse material gerava reclamações locais com cartas em que se descrevem os prejuízos para a Coroa e os enfermos (Of. Gov. 1815, AHU, cx. 63, Angola). Frente a essa situação, o governo em Lisboa tomou a iniciativa de ordenar a criação do horto farmacêutico em Luanda, para abastecer a cidade de plantas de uso frequentes nos medicamentos, mandando vir do Brasil as ervas que não se encontrava em Angola (doc. 26, 1815, AHU, cx. 63, Angola).

Havia uma esperança, por parte dos habitantes de Angola, de que o Brasil tinha os remédios para os seus males. Mas havia dentre aqueles que não

conseguiram autorização para suas licenças, os que simplesmente fugiam e atravessavam o oceano de maneira clandestina.

AS FINANÇAS ENTRE BRASIL E ANGOLA

Em matéria fiscal, igualmente, era o Brasil que tinha um interesse em Angola e veio ajudá-lo em épocas de necessidades. Além da já citada ajuda que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro arrecadou para financiar a campanha de restauração do Porto de Luanda em 1648, anos depois o Tesouro do Rio de Janeiro foi autorizado a fazer a convocação de fundos para a junta do tesouro em Luanda.

O navio que carregou o governador Sousa Coutinho para Luanda, em 1764, foi equipado com pesadas caixas para carregar de volta os rendimentos de Angola para o Brasil. A estadia de Sousa Coutinho no Rio foi um treinamento de como seriam as conexões entre as duas cidades. Isso parecia ser uma prática e não uma situação casual. Em 1806, o governador de Angola informava ao presidente do Tesouro Real que os rendimentos e o marfim tinham sido enviados para o Brasil. Novamente isto indicava uma prática comum.

Todos esses fatos indicam que Portugal supervisionava de longe os negócios administrativos em Angola, mas 'parecia' ter deixado o Brasil assumir aquela função. Era o Brasil que tinha primeiro interesse na área de Angola neste período e o comércio direto facilitava a comunicação.

O vice-rei do Brasil atuou como conselheiro para as questões administrativas de Angola, com rotineiros procedimentos. O Brasil serviu como intermediário entre Angola e Portugal, ao longo do século XVIII e princípio do XIX.

As remessas de fundos de fortunas deixadas como heranças, na época em que a Corte esteve no Rio de Janeiro, passou a ser feita diretamente pelo Banco do Brasil, na cidade do Rio, a ponto de ocupar cargo de tesoureiro dos Defuntos e Ausentes, indivíduos degredados.

DAS TROPAS

Angola foi, então, confrontada com constantes batalhas internas e externas que necessitavam freqüentes campanhas militares durante os séculos XVII-XVIII. Pelo ano de 1799, o capitão chefe de cada fortaleza recebia um soldo de 3000\$000 mil reis mais os eventuais extras (Silva Correa, 1937, p. 125). As tropas de primeira linha eram constituídas por soldados profissionais enviados para Angola diretamente de Portugal ou do Brasil. A tropa de segunda linha era a infantaria equivalente à milícia no Brasil. Recrutados localmente serviam como auxiliares nas fronteiras. Tropa de terceira linha eram as ordenanças ou territoriais, conscritos localmente em épocas de necessidades. Elas foram primeiro organizadas em Angola, em 1660, pelo governador Vieira, para Luanda, Massangano e o rio Kuanza, baseada na prática do Brasil. Elas eram usadas para fazer a defesa e manutenção da lei e ordem na cidade de Luanda e vizinhança.

Outro tipo de organização de tropas eram as guerras pretas, conhecidos exércitos de africanos a serviço da administração portuguesa (Cadornega, Delgado, I, p. 358). A guerra preta também incluía africanos vindos do Brasil, que retornavam como soldados. Henrique Dias, organizador dos regimentos para o Brasil, conhecido como Henriques, fez um requerimento para servir em Angola, em 1644, junto com outros membros de seu regimento (Rego, A Dupla Restauração, p. 109, nota 2). Outro brasileiro, Paulo Pereira, teve a posição de sargento e chefe de guerra preta em 1648 (1648, A.H.A, serie 2, I, 3-6. 1943-44, p. 193), no entanto ele não foi mencionado na lista de Cadornega. Antônio Correia e Silva é o mais conhecido exemplo de soldado que foi servir em Angola. Depois de estabelecido em Florianópolis, ele escreveu História de Angola no final do século XVIII, em Lisboa.

Se comparada ao o Brasil, a carreira militar em Angola era sem grande atrativos. Era um posto impopular e seus principais problemas eram o baixo pagamento e a hostilidade da população africana. A única vantagem era a possibilidade de participação no tráfico de escravos. Como foi o caso de Antonio Coelho Guerreiro, que usou sua posição militar e administrativa para ganhos pessoais. Ele foi como soldado para o Brasil e serviu como oficial em 1684 em Angola. Depois, em 1688, foi novamente para Angola como secretário do governo. Embora ele não tenha sido acusado de ilegais e

desonestas práticas, é evidente em suas contas que ele desenvolveu uma rede de tráfico privado, servindo-se de posições oficiais.

Pode-se usar numerosos outros exemplos, Domingos Leão serviu como militar em Portugal e Rio de Janeiro e foi promovido a capitão de infantaria de Benguela em 1678, como reconhecimento de seus serviços. Em 1685, foi promovido capitão chefe de Benguela pelo governo de Luis Lolo de Silva. Em 1689, ele morre em Luanda com grande fortuna, pois passou a sua vida em Angola engajado no tráfico de Benguela. Isto mostra como se transitava entre Brasil e Angola das mais diversas formas .

É possível exemplificar também, com os muitos casos vistos nos testamentos dos traficantes. Seus testamentos deixam perceber que eles chegavam com várias patentes militares e casavam com as filhas mestiças, de famílias ricas. Ou seja, eles chegavam de Portugal, muitas vezes via Brasil, com patentes militares, porém pobres, e viam o casamento com uma mestiça rica como forma de integração aos negócios no litoral africano. Assim foram as muitas histórias de casamento de militares nessa região atlântica, representando, portanto, uma espécie de assimilação do homem branco às famílias africanas. A carreira militar e o casamento com a filha de uma rica "família da terra" - essa era a trajetória comum desses homens.

Este foi o caso do capitão Manoel Pinto da Costa,⁹ solteiro, natural de Braga, que chegou ao litoral angolano e teve uma filha com a parda forra Paula Pegado, em 1704, e depois, foi pai de dois filhos, respectivamente em 1725 e 1726, com a parda livre Feliciano de Araújo. Como próspero negociante de Luanda, o capitão Manoel Pinto da Costa estabeleceu-se com Paula Pegado na casa onde foram criados os três filhos, batizados como seus filhos naturais. Sua filha com Paula Pegado, Ana Pinto da Costa, por sua vez, casou-se, em 1732, com o capitão Manoel Nogueira da Silva, natural de Viana, que chegou ao litoral africano depois de longa estadia no Brasil. Na casa de Dona Ana Pinto da Costa conviviam numa relação de compadrio os dois filhos de Feliciano de Araújo, seus irmãos do lado paterno. Do casamento de Ana com o capitão Manoel Nogueira nasceram duas filhas, Ana Pinto da Costa e Maria Nogueira das Necessidades. Ambas casaram-se com militares portugueses e não deixaram herdeiros. A disputa pela herança dessa última abriu uma luta nas mais diferentes instâncias, entre o ramo da família no reino e o ramo da família luandense, de linha materna. Todos reivindicavam direitos à herança por linha de parentesco.

O próprio caso do governador Lancastre, que serviu como soldado na Restauração em Portugal, foi governador de Angola (1688-1691), governador-geral do Brasil (1694-1702) e capitão geral do Algarve. Apesar dessa alta posição militar e política ele participou ativamente do tráfico de escravos.

Outro caso, Rodrigo da Costa de Almeida, que serviu primeiro na armada no Brasil e então foi para Angola, em 1670. Envolveu-se em várias aventuras, deixando a armada depois de 6 anos. Dedicou-se as viagens de navios entre Brasil e Angola. Foi coletor das taxas de contrato Real. De soldado acabou como um rico e bem sucedido homem de negócios. Em 1713 ele mudou-se com a família para Bahia, onde serviu como provedor da Alfândega e fundou uma rica família.

A partir de 1720 foi proibido aos oficiais, administradores, militares e judiciários de se envolverem com o tráfico. No governo de Antônio A. Coelho de Carvalho (1721-25) o salário subiu para 15 mil cruzados por ano. Foram tentativas da Coroa Portuguesa em separar comércio e administração. O comércio de escravos levou uma concentração de mercadorias e direcionamento de escravos para o Brasil. Esta dependência refletia nos negócios militares também. O Brasil gradualmente teve a função de prover Angola com efetivos e suplemento militar e passou a ter importância para Angola por ser o principal mercado para os escravos saídos da região.

A dependência militar ao Brasil começou com o esforço brasileiro de 1645 e o sucesso de 1648, trazendo Luanda e Benguela ao controle de Portugal. Portugal estava ocupado com negócios internos. Homens, dinheiro e suplementos ficaram por conta da iniciativa brasileira que começou pela responsabilidade da expulsão dos holandeses e demais rebeliões internas. Os cavalos eram levados do Brasil para Angola. Em 1750, o conde do Lavradio, governador de Angola, dizia que a cavalaria estava reduzida a 21 dispositivos e que necessitava trazê-los do Brasil. Em 1791, o governador Vasconcelos mencionou a chegada de cavalos de Pernambuco. As muitas cartas do governador M. Antonio de Mello, em Luanda, para o Brasil, de 1797 a 1800, fazem numerosas referências a encomendas de cavalos do Brasil e que nem sempre chegavam em boas condições.

Angola dependia do Brasil para recrutar os soldados para as tropas. O governador Francisco Távora recebia assistência militar da Bahia e do Rio de Janeiro, que equipavam a armada dos angolanos. Em 1726, o governador Paulo Caetano de Albuquerque requisitou os vadios e outros do Brasil para

servirem nos presídios de Angola, especialmente para Benguela e Caconda. Em 1732, ele reclamou que nenhum tinha chegado. O Brasil supria Angola de artilharia e munição.

Em 1781, o Rio de Janeiro financiou duas campanhas para Angola, por quatro anos, para participar na reconquista de Cabinda. O governo de Mossamedes requisitou 600 homens, incluindo armas, munições e provisão ao Vice-rei do Brasil para ajudar na restauração da ordem em Encoge e entre os Dembos, pois as forças em Angola tinham sido destruídas pela guerra com o marquês do Mossulo (ANRJ, CX. 746, 1790, mss). O seu irmão e sucessor, Manuel d'Almeida Vasconcelos, trouxe 200 homens dos Açores e 100 degredados do Rio de Janeiro, em 1790 (Torres, 1825, 294).

DOS MOTINS E REBELIÕES

A fragilidade dos efetivos em Portugal fez com que os afro-portugueses fossem aproveitados em importantes posições militares (Boxer, 1977, p. 72). A força armada em Angola sempre esteve com problemas de disciplinas. Foram freqüentes os conflitos entre o governador e os soldados, com numerosos motins. As causas dos conflitos eram geralmente o baixo pagamento ou seu atraso.

Em 1695, a introdução da cunhagem de cobre, sob o governo Henrique Jacques de Magalhães foi recebida com um motim pelos soldados que queriam o pagamento na nova moeda (A.C; p. 402-403). O motim foi dirigido por cinco soldados "brasileiros" que estavam atirando quando foram presos (Lima, 1946, p. 155). Em 1763, no governo de Antonio de Vasconcelos, aconteceu a rebelião chamada Inconfidência dos Degredados, que foi abortada a tempo. O líder José Alvares era um degredado do Brasil, com vários outros revoltados, que planejavam assassinar o governador e outros oficiais, roubar igrejas e casas ricas e, ao final, pretendiam escapar para o Brasil. O complô foi descoberto e os líderes executados. Dentre eles, cinco pernambucanos. Esse fato, chamado pela documentação da época como a Inconfidência dos Degredados (Lima, 1844, p. 119; Correa, II, p. 25-26; Torres, 1825, p. 260), demonstra essa permeabilidade da sociedade angolana por degredados e criminosos em geral, que iam do Brasil.

REZAR E TRAFICAR ESCRAVOS

Por sua vez, os jesuítas usavam escravos em suas fazendas em Angola e, também, enviavam escravos para seus colegas no Brasil em troca de dinheiro e outras mercadorias (Delgado, I, p. 384). Usavam o dinheiro ganho com o tráfico para financiar suas missões, prática criticada na Europa, mas defendida por eles na África. Em 1700, o governador Salvador Correa de Sá deu aos capuchinhos italianos permissão para trabalhar em Angola (Dias, 1948, 127; A .A., II, 7, 1944; Rego, 1967, p. 295). No início do século XIX, os padres seculares atingiam o número de vinte e seis, seis da metrópole, quatro “brasileiros” e dezesseis angolanos.

Ainda no século XVIII, o Arcebispado do Congo e de Angola possuía um bom número de africanos ordenados sacerdotes. Chegou-se a enviá-los para o Brasil, atendendo à demanda por sacerdotes negros que soubessem as línguas africanas para atuarem junto aos escravos (Leite, 1940, p. 42). Esse clérigo africano, ou ‘da terra’, era enviado para locais distantes nos sertões africanos. Mesmo do clérigo branco, Silva Correa diz que são “ambulantes comissários do seu próprio cabedal”. Ou seja, eram mais comerciantes do que padres. Numa observação de como as igrejas em Angola andavam vazias, o cronista vituperou: “A plebe de Angola se une mais ao respeito dos templos pelos seus *gangas* (feiticeiros); do que pelas imagens que omam os seus altares”(Correa, 1937, p. 103, nota 1). Eram correntes os escândalos dos clérigos, com laços de concubinato e envolvimento com os traficantes de escravos franceses e ingleses. Na década de 1720 o caso mais notório, mencionado pelo historiador Delgado, foi a expulsão do padre João Teixeira de Carvalho, acusado de concubinato e de apoio aos negócios ilícitos com os estrangeiros.¹⁰

EDUCAR E FORMAR

Foram enviados alunos de Angola para a Escola Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro com cursos de duração de cinco anos que depois retornavam (Doc. 57, AHU, Angola, m. 17). Uma série de nomes pode ser identificada, dentre os que trabalharam na área da medicina (ou saúde) em Angola e no Brasil. Na área do ensino, para o ensino nas escolas médicos-cirúrgicas da

Bahia, Academia Militar e da Marinha foram enviados médicos que prestavam serviços em Angola. Os "brasileiros" que freqüentaram essas escolas mais tarde ocuparam cargos de médicos em Angola. Em todas essas escolas havia alunos angolanos por cinco anos, que depois retornavam.

E A CORTE VAI PARA COLÔNIA

A transferência da família real para o Rio de Janeiro é um momento decisivo no entendimento dos laços Brasil-Angola, tendo como desfecho o contexto da independência brasileira. A chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808, em consequência da conjuntura européia, vai deslocar a colônia para o centro dos acontecimentos, já que o Rio de Janeiro passou a ser o centro de decisão da organização portuguesa no Atlântico. Em 1820 o rei português retorna a Lisboa devido aos conflitos entre absolutistas e os constitucionalistas.

A liderança inglesa a partir de 1800, inclusive no Brasil, vai alterar o cenário político no atlântico sul do oceano. Os navios ingleses começaram a freqüentar os portos "brasileiros", já em grande número, em 1816, no porto do Rio (217 navios ingleses contra 181 portugueses), marcando o fim de Portugal como intermediário no comércio brasileiro. O Brasil já vinha atuando como centro do comércio e da administração do mundo luso na área sul do oceano.

O Rio de Janeiro, influenciado pelas idéias vindas da Europa, tornava-se o centro de atividades liberais e maçônicas (numa versão muito local). As lojas maçônicas, após 1800, foram influenciadas pelas idéias de independência. Já elevado ao status de Reino Unido, mais a abertura dos portos e a crescente divulgação das idéias liberais contribuíram para uma reavaliação do Brasil perante o poder de Lisboa.

Angola também sentiu a influência das idéias de trás da revolução de 1817, mas os governadores permaneceram leais à Coroa Lusa e as tropas de Angola foram enviadas a Pernambuco para ajudar a suprimir a revolta e foi pesadamente abafada.

As similitudes históricas entre Angola e Brasil terminavam no próprio tipo de relação com Portugal, que eram diferenciados e tiveram desenvolvimento também diferenciado nos séculos XVI e XVIII. A interdependência

entre Brasil e Angola existiu enquanto eles foram partes de um mundo Atlântico com sistemas econômicos variados.

As condições para reconhecimento da independência do Brasil foram de que as regiões da África e Ásia continuassem a pertencer a Portugal. Portugal e Inglaterra estavam interessados em quebrar as teias que foram desenvolvidas entre Brasil e Angola. Na verdade, os promotores da quebra desses laços foram, antes de tudo, os ingleses e não os portugueses.

O reconhecimento inglês da independência do Brasil foi condicionado a vários fatores. Os britânicos asseguravam que Portugal permitiria a suas colônias comerciar com o Brasil. Por outro lado, os britânicos sentiram que poderia ser fácil finalizar o tráfico com a África se o Brasil fosse independente. Ou seja, se o comércio de escravos brasileiro fosse um negócio interno e não internacional. O reconhecimento inglês incluía a promessa do Brasil em iniciar o fim do tráfico de escravos. De acordo com o que foi admitido em 1822 e 1830 entre Brasil e Inglaterra, da abolição do tráfico de escravos, não interessava ao Brasil ter colônias. Um dos pontos de reconciliação entre Brasil e Portugal foi a promessa que as possessões africanas continuariam a pertencer à Coroa Portuguesa. O século XIX foi o período da construção do Atlântico inglês¹¹.

Para a Inglaterra, na sua intenção de proteger seu comércio e finalizar o tráfico de escravos, seria difícil se Angola se mantivesse como colônia do Brasil. O tráfico passaria a ser um negócio interno, familiar e não um comércio internacional. Para Portugal significava proteger o resto do seu império de uma desintegração. O Tratado de Paz e Aliança que foi assinado no Rio de Janeiro, em 1825, entre D. Pedro I, Imperador do Brasil, e o seu pai D. João VI, rei de Portugal, dizia no artigo III que o Brasil renunciava a qualquer tentativa de anexar colônias.

Antes de tudo foram as conexões de fatores como a influência Britânica; o desejo de Portugal na manutenção do seu império; e o interesse do Brasil que sua independência fosse reconhecida, em 1825 que marcaram o fim de mais de duzentos anos de íntimas relações e interdependência entre Brasil e Angola. O tráfico continuou abertamente até 1836 como comércio ilegal por muitos anos, mas chegou ao seu fim.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL REVOLUÇÃO E IDÉIAS

A revolução de Pernambuco, de 1817, foi um bom exemplo desse tráfico de idéias, apesar do aviso do governo português ao governador de Angola, que ficasse vigilante quanto aos acontecimentos no Brasil. Apareceram panfletos em Luanda idênticos aos de Pernambuco. Na verdade, esses panfletos tinham sido enviados ao juiz de fora de Angola Manuel Leite Faria pelo comerciante angolano António Luís Gonçalves Ferreira, que se encontrava no Brasil para tratar de seus negócios. Outras tramas, como a do comerciante Antonio Simões Rosado Freire que enviou cartas e papéis 'subversivos' ao seu sócio, residente em Luanda, Francisco José Gomes Guimarães. E assim por diante, vários ofícios do governador acusavam a presença dos panfletos nas mãos dos comerciantes daquela cidade (Ofi. 77 , 23-09-1817, AHU, Angola, CX.64).

Os comerciantes de Luanda também auxiliaram na repressão à revolta de Pernambuco, como o caso de José da Silva Lisboa, que ofereceu sua embarcação 'Bela Americana' para o transporte de tropas na expedição ao nordeste brasileiro (Doc. 54, 1820, Angola, Cx. 64).

Os eventos no Brasil e em Portugal, na primeira parte do século XIX, tiveram sérios efeitos para Angola. A grande dependência da economia angolana ao tráfico e ao Brasil, levou à multiplicação da corrupção e poucos governadores tentaram reduzir a dependência ao tráfico. Os que tentaram - como Miguel Antonio de Melo 1795-1802; Saldanha da Gama, 1807-10; Tovar de Albuquerque, 1819-1821 - não foram bem sucedidos.

Quando as diferenças entre Brasil e Angola aumentaram, muitos mercadores ficaram do lado do Brasil outros, entretanto, na sua aliança com os britânicos, pressupunham que eles pudessem vir a suceder os brasileiros no comércio de intermediação com o litoral angolano. Os governadores vindos de Portugal nesse período, tais como Tovar de Albuquerque, tentaram desenvolver em Angola outros recursos que poderiam ser úteis a Portugal, quando o tráfico cessasse. Seus esforços os tornaram impopulares em Angola. As notícias de reformas constitucionais que ocorrem em Portugal em 1821 levaram à formação, em Angola, de um grupo de oposição ao governador Tovar de Albuquerque, que representou para eles a velha ordem de Portugal e uma política que gerava um sentimento anti-brasileiro.

OS ACONTECIMENTOS

As grandes agitações se sucederam em Luanda e Benguela, mais nesta última do que na primeira. Um dado serviu de estopim: o seqüestro dos bens dos “brasileiros”. Tiveram papel importante os degredados, principalmente alguns italianos, que nunca se conformaram de terem ido parar em Angola quando, na verdade, haviam lhe prometido ir para o Brasil¹².

Em Luanda, a Câmara estava reunida para votação da nova forma de governo, juntas governativas e não mais governadores, quando se sublevaram as tropas lideradas por dois oficiais, em fevereiro de 1822. Contornados os ânimos, foi eleito o bispo João Damasceno, que sofrerá toda a oposição dos adeptos da união ao Brasil. O bispo acabou por renunciar ao cargo. Chegou o novo governador de Angola (maio de 1823), acompanhado de um batalhão que sofreu oposição das tropas locais que pressionavam os soldados para os aliciarem a se reunirem ao Brasil. As tropas estavam desfalcadas pelas mortes e compostas majoritariamente de degredados e africanos. Entre os oficiais era grande o número de degredados. O batalhão que acompanhava o governador rebelou-se pela quantidade de mortos entre os colegas e o baixo soldo, e queriam voltar a Lisboa, o que levou D. João VI decretar o regresso do batalhão. Todos esses acontecimentos foram creditados ao que na época passou a ser chamado ‘partido brasileiro’.

Em Luanda circulavam rumores de um provável ataque do Brasil. Novos rumores chegavam, através de cartas enviadas dos comerciantes no Brasil, de que tropas iriam chegar a Luanda, da parte de Lisboa, para confiscar os bens dos comerciantes do “partido brasileiro”. Até que, em 1826, foi enviada uma carta consular sobre o enviado representante do Brasil em Angola. Somente nos meados do século essas intenções de união ficaram completamente abafadas. A oposição ao governador foi formada pelo bispo, o ouvidor e o capitão-mor de ordenança, Joaquim Aurélio de Oliveira.

Enquanto isso, os fatos em Benguela foram muito mais conflituosos. Panfletos circulavam pelas ruas de Benguela, sobre a união com o Brasil, dizendo que essa união era iminente. Na Junta Provisória de Benguela prevalecia a cumplicidade com os “brasileiros”. Benguela enviou a Luanda uma representação exigindo das Cortes autorização para ligação com o Brasil. Benguela entrou em franca rebelião e desordem pelas facções. Como continuaram a chegar navios vindos do Brasil a Benguela, e não a Luanda, parecia

indicar aos habitantes possibilidade de união ao Brasil. Muitos comerciantes de Benguela, depois de persuadidos de que não viria a união, mudaram-se para o Brasil.

CONCLUSÃO

A história das relações entre a região de Angola e do Brasil Colônia foi construída e teve seus laços fortalecidos com o gradual aumento do comércio transatlântico. As famílias, os negócios, as plantas, as doenças e as idéias foram objetos de intercâmbio nesse transitar via oceano. Embora a história da população aqui apresentada tenha sido principalmente dos povos do litoral, que chamamos Angola Atlântica, esses primeiros contatos em pontos litorâneos ainda não significaram domínio das terras africanas. Portanto, é importante assinalar que a conquista e invasão do território não pertencem a essa época que chamo de Pré-Colonial.

Apesar de marcado por uma relação de atividades violentas, como foi o tráfico de escravos, esse momento histórico, de mais de três séculos, evidenciou a construção de uma cultura específica criada sempre que narramos atuações humanas. Sociedades, com suas lógicas, que a primeira vista pode nos parecer estranhas, mas que pertencem a um momento dado da história. Assim apresentam-se essas sociedades do litoral angolano e do Brasil Colônia.

DOCUMENTOS IMPRESSOS E MANUSCRITOS

Academia de Ciência. Coleção, Lisboa, s/d.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas* (1680). 3 Vols. Lisboa, AGU, 1972.

Caixa 744, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, mss.

Arquivos de Angola, série II, 1936.

Arquivos de Angola, séries II, III, 13, /14, 1946.

Arquivos de Angola, XIX(75/78, 1962).

Publicações do Arquivo de Angola, série III, 1901.

Carta do Brasil ao governador de Angola, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mss

Carta do Vice-rei do Brasil para o governador Miguel Antonio de Melo. 30/05/1799, BNRJ, mss.

Carta real de 1654 envio de seis mulheres brancas. Brasio, X, 350,II, 354.

Cartas do Brasil ao governador de Angola, 1793-1800. BNRJ, mss.

Cartas, 02/01/1764, Caixa 744. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, mss.

Cartas, 1750, Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, mss.

CASTRO, Patrício Corrêa. "Memorias sobre os males que impedem o engrandecimento do reino de Angola" 1823. Manuscrito do IHGB.

CORREA, Elias Alexandre Silva. *História de Angola*. (1782). Lisboa: AGU, 1937.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. Angola, Lisboa: AGC, 1940.

Manuscrito de 1691. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 9, 33, 70,226 et pasm.

Mapas da População do reino de Angola. 12/04/1824. Angola, cx. 144, doc 92e cx. 56,doc. 6. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Mapas dos efeitos que se transportarão desta cidade do Rio de Janeiro para os portos abaixo declarados no ano de 1796". Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnographico do Brasil, XLVI, 1883, 197.

Minutas de ordens expedidas ao reino de Angola pela rainha, e todos os seus domínio, 1793-1801. Maria I, BNRJ, mss.

Oficio de Luis da Mota Feo para o Conde da Barca, 04/07/1817. Arquivo Histórico de Angola. Códice n. 10 de Ofícios para o Reino (1816-1819).

Relação de todos os degredados mandados para África. Arquivo Nacional. Seção do Ministério do reino e Império, Caixa. 774, pacote 4.

Sebastião José de Carvalho. Estudo Histórico do problema da colonização em Angola e Mozambique. Congresso do Mundo português, IX, 1940, 2, secção 2, 85.

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e. *Memórias*. (A Biografia - A História - Descrição Geografica e Política - Paris: Fantin, 1825.

BIBLIOGRAFIA

- AGUERO, Celma. Los Intercambios del Atlántico Sur - um Projecto de Historia y Prospectiva. *Anais do VI Congresso da Associação Latina-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil (ALADAAB)*. Brasília, 1998.
- BAILYN, Bernard. The Idea of Atlantic History. Leiden, *Itinerario*, vol. XX, n. 1, 1996.
- BASTOS, João Pereira. *Angola e o Brasil: duas terras lusíada do Atlântico*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1964.
- BOXER, C.R. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977.
- CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a História de Luanda*. Luanda, Museu de Angola, 1945.
- Chagas, Pinheiro. *As Colônias Portuguesas no século XIX, 1811-1890*. Lisboa: Livraria de A.M. Pereira, 1890.
- CORREA, Silva. Angola no fim do século XVIII: documentos. *Boletim da Sociedade geográfica de Lisboa*. Série 6, I, 1886, 282-290, Silva Correa, I, 25.
- COUTO, Carlos. O pacto Colonial e a interferência Brasileira no domínio das relações econômicas ente Angola e o reino no século XVIII. *Estudos Históricos*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 10, 1971.
- DIAS, Gastão de Sousa. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Administração Pombalina em Angola, 50. *Cadernos Coloniais*. Lisboa: Cosmos, 1936.
- _____. *Julgareis qual é mais excelente*. Luanda: Museu de Angola, 1948.
- FALL, Yoro. Historia del Atlántico Sur: Intercambio de Hombres, Ideas, Productos y Técnicas entre América Latina y África. *Projeto Internacional de investigação*, Primeira Reunião, Colégio do México/Centro de Estudios de Ásia y África. s/d.
- FARINHA, Antonio Lourenço. *A expressão de Fé na África e no Brasil*. Lisboa, A . G. C. 1942
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic*. Modernity and double Consciousness. EUA: Harvard University Press, 1999.
- GUERREIRO, Antonio Coelho. *O Livro de Razão*. (1825). Prefácio de Virginia Rau, Lisboa, 1956.
- LEITE, Serafim. Jesuítas do Brasil, naturais de Angola. *Separata da Revista Broteria*. vol. XXXI, IV, outubro de 1940, Lisboa.

LIMA, Durval Pires de. *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal*. Lisboa: A.G.C., 1946.

LIMA, José Joaquim Lopes. *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental*. Livro II, Parte 1,2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1867, parte 3, 176.

MARGARIDO, Alfredo. Algumas formas de Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus. Relação Europa África Terceiro Quartel do Século XIX. *Seminário do Instituto de Ciência Tropical*, 1969, 383-409.

MELONTO, José António Gonçalves de. *João Fernandes Vieira mestre de Campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Recife, Universidade de Recife, 1956.

PANTOJA, Selma. *Gênero e Comércio: as traficantes de escravos em Angola no século XVIII*. Lisboa: Revista Travessias, n. 2, 2004.

_____. As fontes escritas do século XVIII e o estudo da representação do feminino em Luanda. *Atas do II Seminário Internacional de História de Angola*. Agosto de 1997, Luanda, CCD P, 2000, pp. 581-596.

_____ e Saraiva, Flávio. *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____ (org.). *Entre Áfricas e Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

_____. A Diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898). *Análise Social*. vol. XXXIV (151-152), Lisboa, 2000, pp. 555-572.

_____. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

PINTO, Antonio Pereira. *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção completa dos tratados pelo Brasil com Diferentes Nações Estrangeiras*. Vol. II, Rio de Janeiro: F.L. Pindo e Cia., 1864.

POMBO, Manuel Ruela. A sorte dos revolucionários no degredo. *Congresso do Mundo Português*, XI, 40-41.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações Angola e Brasil. 1808-1830*. Lisboa: AGU, 1970.

REGO, A. da Silva. *O Ultramar Português no século XVIII*. Lisboa: A.G.U., 1967.

SANTOS, Nilcea Lopo Lima. *União Brasil Angola: uma hipótese na Independência*. Dissertação de mestrado, UnB, Brasília, 1979.

SOUSA, José Antonio soares de. Aspectos do comércio do Brasil e de Portugal no fim do século XVIII e comércio do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 289 (1970) 3-111.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Revista Studia*, Lisboa, n. 52, p. 195-220, 1994.

SILVA, Rosa Cruz e. Os Africanos e o mar à chegada dos portugueses. *Atas da II Reunião Internacional de História da África, A Dimensão Atlântica da África*. CEA-USP/SDG-Marinha/CAPes, São Paulo, 1996, pp. 83-87. (autoria de Rosa Cruz e Silva conforme errata das mesmas Atas)

SPALDING, Walter. Angola e a Independência do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

THORNTON, John. *Africa and African in the making of the Atlantic World. 1400-1680*. Cambridge University Press, 1992.

YORO, Fall. Historia del Altántico Sur: Intercambio de Hombres, Ideas, Productos y Técnicas entre América Latina y África. *Projeto Internacional de investigação*. Primeira Reunião, Colégio do México/Centro de Estudios de Ásia y África. s/d.

NOTAS

¹ A cidade do Cabo, no sul da África, apesar de concentrar grande número de brancos, era superada pela região angolana.

² MOURÃO, 1988, vol. 1, p. 27. Em documento de 1652, da Monumenta Africana vol. IX, o cálculo de portugueses habitantes de Luanda feito pelo padre Serafim de Cortona foi de três mil e por Juan Bernardo Falcon de mil e poucos. Em 1799, a estimativa de um documento do governo de Benguela era de 78 brancos residentes nas várias regiões do interior e um número grande de mestiços (citado por Childs, p. 199, 1949). Cardoso, 1945, calcula que em 1800 Luanda tinha 6.500 habitantes, dos quais 443 eram brancos.

³ Citado por Jofre Amaral Nogueira, 1960, p. 115, capítulo V.

⁴ Ver discussão do uso do temo em Miller, por exemplo, 1988, p. 247.

⁵ Intermediários do comércio de escravos entre interior e litoral.

⁶ João Fernandes Vieira ficou conhecido como o “Governador da Liberdade” por sua participação na expulsão dos holandeses de Pernambuco. Foi governador da Paraíba

(1655-1657); governador de Angola (1658-1661), era um grande proprietário de plantação de cana-de-açúcar no nordeste do Brasil.

⁷ André Vidal de Negreiros foi governador do Maranhão (1654-1660); governador de Angola (1661-1666) e mais tarde três vezes governador de Pernambuco. Negreiros participou da guerra, contra os holandeses, em Luanda e recebeu esse cargo no Brasil e em Angola.

⁸ Conferir em: Ofício do visconde de Anadia ao governador e capitão de Angola de 21-04-1808, AHU, Angola, códice 551; Torres J. C.F. C. Castelo Branco, *Memórias...* p. 365)

⁹Esse Processo, M 18 N 2, ano de 1777, Feitos Findos, ANTT, faz parte de uma série de testamentos de traficantes de escravos que construíram riquezas, mas que na verdade eram famílias no final administradas por mulheres traficantes de escravos. Ver Pantoja, 2004.

¹⁰ Comunicação feita ao rei pelo governador de Angola em 28/09/1729, citado em Delgado, 1945. p. 246

¹¹ Ver o interessante artigo, de 1994, de Alberto da Costa e Silva, para o este tema com ênfase no século XIX e na África Ocidental. Conferir referência na bibliografia.

¹²Em 1819, D. João VI estabeleceu um tratado com o rei da Sicília, no qual aceitava receber os degredados daquele reino. Somente no ano de 1821 chegaram 212 condenados pelos tribunais napolitanos ao degredo perpétuo. Muitos desses italianos casaram-se com as africanas e alguns se tornaram célebres personagens da história angolana e famosos negociantes donos de grandes fortunas.

RESUMO: O texto trata das relações Brasil e Angola ao longo de quase três séculos. Analisa a construção das conexões criadas a partir do tráfico Atlântico de escravos e dos muitos intercâmbios, que foram além do comércio de pessoas incluindo coisas e idéias. Abre uma série de temáticas com possibilidades de estudos ainda a serem feitos sobre essas relações atlânticas. Nesse sentido, o artigo mostra as oportunidades de construir uma narrativa partir de novos atores históricos, como por exemplo, do ângulo da população que fez a travessia forçada, tanto brancos como negros. As viagens das plantas e das doenças também poderiam ser outras vertentes no estudo das relações desses dois litorais. O texto, na verdade, assinala os momentos históricos fundamentais na construção de uma cultura específica litorânea.